



## ADMINISTRADOR

**CÓDIGO: NS-01, NS-02 e NS-03.**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo de preenchimento do Cartão de Respostas.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado.
- 3 - Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala até que todos tenham finalizado suas provas e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - O candidato **NÃO** poderá levar o seu **Caderno de Questões (Provas Objetivas)** e **NÃO** poderá copiar o gabarito (assinalamentos). A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

### INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este Caderno de Questões (Provas), que contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, está completo.
- 2 - Cada questão da Prova Objetiva conterà **5 (cinco) opções** e somente uma correta.
- 3 - Confira se os **seus dados pessoais**, o cargo escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o **cartão de respostas** no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se o **cargo** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões é o mesmo do que consta em seu **cartão de respostas** e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira onde foi designado para sentar. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7 - No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.
- 8 - O fiscal de sala não poderá prestar qualquer esclarecimento sobre o conteúdo da prova. Caso discorde de qualquer questão o candidato deverá entrar com recurso administrativo contra as questões na data prevista no cronograma.

### AGENDA

- **06/12/2015** (Manhã e Tarde), **PROVAS OBJETIVAS/RECEBIMENTO DE TÍTULOS.**
- **07/12/2015**, Divulgação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas/Exemplares das Provas.
- **10/12/2015**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **11/12 e 14/12/2015**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas.
- **23/12/2015**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas.
- **23/12/2015**, Resultado do Recurso contra as questões das Provas Objetivas.
- **29/12/2015**, Divulgação Relação Preliminar das Notas das Provas Objetivas.
- **05/01 a 06/01/2016**, Interposição de Recursos contra a Relação Preliminar de Notas da Prova Objetiva.
- **07/01/2016**, Resultado do Recurso contra a Relação Preliminar de Notas da Prova Objetiva.
- **07/01/2016**, Divulgação da Relação Final das Notas das Provas Objetivas.
- **16/01/2016**, Relação dos candidatos que terão os seus títulos analisados.
- **18/01 a 19/01/2016**, Interposição de Recursos contra a Relação Preliminar de Notas da Avaliação de Títulos.
- **25/01/2016**, Resultado do Recurso contra as Notas Preliminares da Avaliação de Títulos.
- **25/01/2016**, Divulgação da Relação Final das Notas da Avaliação de Títulos.
- **26/01/2016**, Resultado Final do Concurso.



### INFORMAÇÕES:

- **Tel:** (21) 3525-2480 das 09 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** [ifrj2015@biorio.org.br](mailto:ifrj2015@biorio.org.br)



## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO

#### SALTANDO AS MURALHAS DA EUROPA

De um lado está a Europa da abundância econômica e da estabilidade política. De outro, além do Mediterrâneo, uma extensa faixa assolada pela pobreza e por violentos conflitos. O precário equilíbrio rompeu-se de uma vez com o agravamento da guerra civil na Síria. Da Síria, mas também do Iraque e do Afeganistão, puseram-se em marcha os refugiados. Atrás deles, ou junto com eles, marcham os migrantes econômicos da África e da Ásia. No maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial, os desesperados e os deserdados saltam as muralhas da União Europeia.

Muralhas? Em tempos normais, os portais da União Europeia estão abertos para os refugiados, mas fechados para os imigrantes. Não vivemos tempos normais. Os países da Europa Centro-Oriental, Hungria à frente, fazem eco à xenofobia da extrema-direita, levantando as pontes diante dos refugiados. Vergonhosamente, a Grã-Bretanha segue tal exemplo, ainda que com menos impudor.

A Alemanha, seguida hesitantemente pela França, insiste num outro rumo, baseado na lógica demográfica e nos princípios humanitários. Angela Merkel explica a seus parceiros que a Europa precisa agir junta para passar num teste ainda mais difícil que o da crise do euro. “O futuro da União Europeia será moldado pelo que fizermos agora, alerta a primeira-ministra alemã. (Mundo, outubro 2015)

#### QUESTÃO 1

O título dado ao texto – Saltando as muralhas da Europa – representa:

- (A) uma crítica aos imigrantes que não respeitam as leis internacionais.
- (B) uma referência a uma ameaça à segurança da União Europeia.
- (C) uma alusão à dificuldade da Europa em aceitar refugiados.
- (D) um elogio à política alemã de aceitar imigrantes e refugiados.
- (E) uma indicação das dificuldades dos refugiados diante de dificuldades políticas.

#### QUESTÃO 2

“De um lado está a Europa da abundância econômica e da estabilidade política. De outro, além do Mediterrâneo, uma extensa faixa assolada pela pobreza e por violentos conflitos”. Esse primeiro período do texto se estrutura:

- (A) a partir da antítese de elementos diversos.
- (B) no confronto entre duas épocas de valores distintos.
- (C) com base na comparação de duas civilizações diferentes.
- (D) com fundamento na oposição política e religiosa.
- (E) na semelhança entre regiões europeias, africanas e asiáticas.

#### QUESTÃO 3

De alguns segmentos do texto o leitor pode fazer uma série de inferências. A inferência inadequada do segmento “O precário equilíbrio rompeu-se de uma vez com o agravamento da guerra civil na Síria” é:

- (A) já havia uma guerra civil na Síria há algum tempo.
- (B) existia um ténue equilíbrio nas tensões da região.
- (C) haviam ocorrido rompimentos em países do local referido.
- (D) a guerra civil na Síria envolvia outros países vizinhos.
- (E) um conflito interno de um país pode afetar nações próximas.

#### QUESTÃO 4

O segmento do texto em que predomina uma visão objetiva é:

- (A) “A Alemanha, seguida hesitantemente pela França, insiste num outro rumo, baseado na lógica demográfica e nos princípios humanitários”.
- (B) “Angela Merkel explica a seus parceiros que a Europa precisa agir junta para passar num teste ainda mais difícil que o da crise do euro”.
- (C) “Os países da Europa Centro-Oriental, Hungria à frente, fazem eco à xenofobia da extrema-direita, levantando as pontes diante dos refugiados”.
- (D) “Vergonhosamente, a Grã-Bretanha segue tal exemplo, ainda que com menos impudor”.
- (E) “No maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial, os desesperados e os deserdados saltam as muralhas da União Europeia”.

#### QUESTÃO 5

Xenofobia significa “aversão pelo estrangeiro”; a palavra abaixo cuja explicação etimológica está correta é:

- (A) fotofobia / aversão por fotografias.
- (B) acrofobia / aversão por locais altos.
- (C) aerofobia / aversão por viagens aéreas.
- (D) homofobia / aversão ao gênero humano.
- (E) tanatofobia / aversão por doenças.

#### QUESTÃO 6

“O futuro da União Europeia será moldado pelo que fizemos”; a forma inadequada da correspondência entre os tempos verbais sublinhados é:

- (A) seria/fizessem.
- (B) é/fazem.
- (C) era/faziam.
- (D) fora/fizeram.
- (E) foi/façam.

**QUESTÃO 7**

“Em tempos normais, os portais da União Europeia estão abertos para os refugiados, mas fechados para os imigrantes”. Entre “refugiados” e “imigrantes” há uma diferença:

- (A) econômica e religiosa.
- (B) religiosa e política.
- (C) política e causal.
- (D) causal e social.
- (E) social e econômica.

**QUESTÃO 8**

O autor do texto mostra um conjunto de posições políticas; o posicionamento que não é defendido no texto é:

- (A) favorável à política adotada pela Alemanha.
- (B) oposta ao posicionamento da Inglaterra.
- (C) condenatória dos imigrantes e favorável aos refugiados.
- (D) contrária aos políticos da extrema-direita.
- (E) irônica em relação à posição da França.

## LEGISLAÇÃO E ÉTICA

**QUESTÃO 9**

De acordo com a Lei 11.892/2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais possuem natureza jurídica de \_\_\_\_, detentoras de \_\_\_\_ administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. As lacunas ficam corretamente preenchidas respectivamente por:

- (A) fundações públicas / autonomia.
- (B) autarquia / autonomia.
- (C) fundações públicas / dependência.
- (D) autarquia / dependência.
- (E) empresas públicas / tutela.

**QUESTÃO 10**

Avalie se os Institutos Federais têm, entre outras, as seguintes finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
- IV. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Estão corretos:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 11**

Avalie se os objetivos dos Institutos Federais incluem ministrar, em nível de educação superior, as seguintes modalidades de cursos:

- I. Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- II. Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de língua portuguesa, ciências sociais e matemática, e para a educação profissional.
- III. Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
- IV. Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
- V. Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Estão corretos:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

**QUESTÃO 12**

De acordo com a Lei 8027/90, que dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, são faltas administrativas puníveis com a pena de suspensão por até noventa dias, cumulada, se couber, com a destituição do cargo em comissão, entre outras, as seguintes, EXCETO UMA, que está ERRADA. Assinale-a.

- (A) retirar, sem prévia autorização, por escrito, da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- (B) opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
- (C) recusar fé a documentos públicos.
- (D) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
- (E) atribuir a outro servidor público funções ou atividades estranhas às do cargo, emprego ou função que ocupa, exceto em situação de emergência e transitoriedade.

**QUESTÃO 13**

Avalie se, de acordo com a Lei 8027/90, as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- ✓ Aos casos de improbidade administrativa, insubordinação grave em serviço e revelação de segredo de que teve conhecimento em função do cargo ou emprego, entre outros, aplica-se a penalidade de demissão.
- ✓ Constitui infração grave, passível de aplicação da pena de demissão, a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, vedada pela Constituição Federal, estendendo-se às autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e fundações mantidas pelo Poder Público.
- ✓ Os servidores públicos civis são obrigados a declarar, no ato de investidura e sob as penas da lei, quais os cargos públicos, empregos e funções que exercem, abrangidos ou não pela vedação constitucional, devendo fazer prova de exoneração ou demissão, na data da investidura, na hipótese de acumulação constitucionalmente vedada.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

**QUESTÃO 14**

A Lei nº 12.527/11 preconiza que os procedimentos nela previstos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes, EXCETO UMA, que está ERRADA. Assinale-a.

- (A) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (B) Divulgação de informações de interesse público tão somente mediante solicitação.
- (C) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (E) Desenvolvimento do controle social da administração pública.

**QUESTÃO 15**

Avalie se as definições a seguir estão corretas, de acordo com a Lei nº 12.527/11:

- I. *autenticidade*: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- II. *disponibilidade*: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

- III. *integridade*: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- IV. *primariedade*: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Estão corretas apenas:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 16**

Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Administração - CEPA, é dever do Administrador:

- (A) dar publicidade a tudo o que souber em função de sua atividade profissional.
- (B) esclarecer o cliente sobre a função social da organização e a necessidade de preservação do meio ambiente.
- (C) manter-se no posto, cargo ou emprego mesmo quando tomar conhecimento de que o cliente manifestou desconfiança para com o seu trabalho.
- (D) evitar declarações públicas sobre os motivos de seu desligamento, mesmo quando o silêncio lhe resulte prejuízo, desprestígio ou interpretação errônea quanto à sua reputação.
- (E) exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, defendendo os direitos, bens e interesse de clientes, instituições e sociedades mesmo que abdicando de sua dignidade e independência profissional.

**QUESTÃO 17**

Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Administração - CEPA, é permitido ao Administrador:

- (A) auxiliar, por qualquer modo, o exercício da profissão a terceiros, ainda não habilitados.
- (B) autorizar a utilização de seu nome por qualquer instituição pública ou privada, desde que não exerça pessoal ou efetivamente função inerente à profissão.
- (C) solicitar divulgação de textos de publicidade que resultem em propaganda pessoal de suas atividades, exceto em exercício de missão em nome de entidades ou órgãos públicos.
- (D) estabelecer negociação ou entendimento com a parte adversa de seu cliente, sem sua autorização ou conhecimento, quando entender que assim contribui para a empresa do cliente.
- (E) assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por terceiros sob sua orientação, supervisão ou fiscalização.

**QUESTÃO 18**

Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Administração - CEPA, são direitos do Administrador:

- (A) exercer a profissão se submetendo a questões religiosas, étnicas, de gênero e condição social.
- (B) recusar-se a exercer a profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho sejam degradantes à sua pessoa, à profissão e à classe.
- (C) exigir remuneração por seu trabalho, mesmo que excedendo às responsabilidades assumidas ou a seu tempo de serviço dedicado, com base na liberdade de firmar acordos sobre salários.
- (D) a competição no mercado de trabalho, mesmo que colocando em risco a proteção da propriedade intelectual ou exercendo atividades não condizentes com sua capacidade, experiência e especialização.
- (E) manter em sigilo falhas nos regulamentos e normas das instituições, devendo dirigir-se aos órgãos competentes, em particular ao Tribunal Regional de Ética dos Administradores e ao Conselho Regional de Administração quando esse sigilo não for respeitado.

**QUESTÃO 19**

Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Administração - CEPA, com relação aos colegas, o Administrador deverá:

- (A) fazer referências mesmo que desabonadoras, visando clareza e transparência nos processos.
- (B) emitir pronunciamentos desabonadores sobre serviço profissional entregue a colega, quando assim julgar mais correto.
- (C) impedir a fiscalização do exercício profissional e não comunicar as infrações de que tiver ciência, quando assim julgar estar preservando colegas.
- (D) ao ter desentendimentos com colegas, evitar interveniência do órgão de classe para dirimir dúvidas e solucionar pendências, assim preservando as partes.
- (E) tratar com urbanidade e respeito os colegas representantes dos órgãos de classe, quando no exercício de suas funções, fornecendo informações e facilitando o seu desempenho.

**QUESTÃO 20**

Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Estão excluídas da relação de cláusulas necessárias em todo contrato administrativo as que estabeleçam:

- (A) os casos de rescisão.
- (B) condições relativas à proteção do meio ambiente.
- (C) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (D) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- (E) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.

**QUESTÃO 21**

Nos contratos administrativos, a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia e caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária. Essa garantia poderá ser exigida nas contratações de:

- (A) obras, serviços e compras.
- (B) obras e serviços, mas não de compras.
- (C) obras e compras, mas não de serviços.
- (D) obras, mas não de serviços e compras.
- (E) serviços e compras, mas não de obras.

**QUESTÃO 22**

Nos contratos administrativos, a autoridade competente poderá exigir prestação de garantia. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até:

- (A) 10% do valor do contrato.
- (B) 12% do valor do contrato.
- (C) 15% do valor do contrato.
- (D) 20% do valor do contrato.
- (E) 25% do valor do contrato.

**QUESTÃO 23**

O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- (A) rescindi-los unilateralmente em qualquer caso.
- (B) alterar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias, desde que com prévio conhecimento do contratado.
- (C) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (D) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, que se sobrepõe aos direitos do contratado.
- (E) em qualquer caso, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado.

**QUESTÃO 24**

Quanto à execução dos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) contratado, a critério da contratante, é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato.
- (B) o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
- (C) a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da contratada especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- (D) salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da contratante que o exigir.
- (E) executado o contrato, em se tratando de obras e serviços, o seu objeto será recebido definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

**QUESTÃO 25**

Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete:

- (A) propor ao Poder Executivo a fixação de vencimentos dos ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.
- (B) emitir, nos termos previstos na Constituição Federal, parecer prévio sobre as contas do Governo de Território Federal, no prazo de cento e vinte dias, a contar de seu recebimento, na forma estabelecida no Regimento Interno.
- (C) propor ao Poder Executivo a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções do Quadro de Pessoal de sua Secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário.
- (E) apreciar, para fins de registro e decisão, na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

**QUESTÃO 26**

O Tribunal de Contas da União tem jurisdição própria e privativa, em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A jurisdição do Tribunal abrange:

- (A) os responsáveis pelas contas nacionais das empresas privadas supranacionais.
- (B) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade, mesmo que não resulte dano ao Erário.
- (C) qualquer pessoa física, órgão ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores, assumindo obrigações de natureza pecuniária.
- (D) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social.
- (E) os representantes na Assembleia Geral das sociedades anônimas, solidariamente, com os membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, pela prática de atos de gestão ruínosa ou liberalidade à custa das respectivas sociedades.

**QUESTÃO 27**

Com relação à tomada e prestação de contas, no que concerne ao Tribunal de Contas da União (TCU), é correto afirmar que:

- (A) as contas dos administradores públicos serão semestralmente avaliadas pelo TCU sob forma de tomada ou prestação de contas, organizadas de acordo com normas estabelecidas em instrução normativa.
- (B) no caso do TCU determinar a instauração de tomada de contas especial, fixará prazo para cumprimento dessa decisão em acordo com a autoridade administrativa envolvida, de modo a viabilizar as ações reparadoras.
- (C) nas tomadas ou prestações de contas de órgãos que gerenciam valores públicos devem ser incluídos todos os recursos, orçamentários e extraorçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.
- (D) a tomada de contas especial será encaminhada ao Poder Judiciário visando o adequado julgamento, se o dano causado ao Erário for de valor igual ou superior à quantia para esse efeito fixada pelo Regimento Interno do TCU.
- (E) não integrarão a tomada ou prestação de contas o relatório de gestão nem o relatório do tomador de contas, mas sim o relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas.

**QUESTÃO 28**

Com relação às decisões em processo de tomada ou prestação de contas, no que concerne ao Tribunal de Contas da União (TCU), é correto afirmar que a decisão:

- (A) é sempre terminativa.
- (B) é preliminar quando o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas.
- (C) resulta definitiva quando o Relator ou o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento.
- (D) resulta definitiva quando o Relator ou o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve ordenar a audiência dos responsáveis.
- (E) é definitiva quando o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva, ou irregulares.

**QUESTÃO 29**

Com relação às decisões em processo de tomada ou prestação de contas, no que concerne ao Tribunal de Contas da União (TCU), após verificada irregularidade nas contas:

- (A) o Relator ou o Tribunal definirá a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão inquinado.
- (B) o responsável que não atender à citação ou à audiência será condenado a recolher a quantia a que se refere o processo.
- (C) o responsável cuja defesa for rejeitada pelo Tribunal será cientificado para, em prazo de 30 dias, prorrogável em até 15 dias, recolher a importância devida.
- (D) o responsável cuja defesa for rejeitada pelo Tribunal será cientificado para, em prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, recolher a importância devida.
- (E) reconhecida pelo Tribunal a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo e desconsiderará outras irregularidades, liquidando o processo.

**QUESTÃO 30**

Com relação às decisões em processo de tomada ou prestação de contas, no que concerne ao Tribunal de Contas da União (TCU), é correto afirmar que:

- (A) as contas serão julgadas regulares com ressalvas quando comprovada omissão no dever de prestar contas.
- (B) as contas serão julgadas regulares com ressalvas quando comprovado dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico.
- (C) o Tribunal julgará as tomadas ou prestações de contas até o término do exercício em que estas lhes tiverem sido apresentadas, adicionando-se a este prazo, quando necessário, 60 dias.
- (D) o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.
- (E) as contas serão julgadas regulares com ressalvas quando comprovada prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

**QUESTÃO 31**

Gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos, sendo realizado através da aplicação e integração de processos logicamente agrupados em cinco grupos de processos, que são:

- (A) iniciação, planejamento, monitoramento, controle e, finalmente, encerramento.
- (B) iniciação, consolidação, execução, monitoramento e controle e, finalmente, encerramento.
- (C) iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e, finalmente, encerramento.
- (D) análise, planejamento, execução, monitoramento ou controle e, finalmente, encerramento.
- (E) iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e, finalmente, correção ou ajustes.

**QUESTÃO 32**

O gerenciamento organizacional de projetos é uma estrutura de execução da estratégia corporativa que utiliza o gerenciamento de projetos, de programas e de portfólios, que estão alinhados ou são acionados por estratégias organizacionais, mas diferem na maneira com que contribuem para o alcance das metas estratégicas. O gerenciamento:

- (A) de portfólios harmoniza os componentes dos seus projetos e programas e controla as interdependências a fim de obter os benefícios especificados.
- (B) de projetos se alinha com as estratégias organizacionais selecionando os programas ou projetos certos, priorizando o trabalho e proporcionando os recursos necessários.
- (C) de programas se alinha com as estratégias organizacionais selecionando os programas ou projetos certos, priorizando o trabalho e proporcionando os recursos necessários.
- (D) organizacional de projetos promove a capacidade organizacional ligando os princípios e práticas do gerenciamento de projetos, programas e portfólios com facilitadores organizacionais para apoiar as metas estratégicas.
- (E) de programas desenvolve e implementa planos para o alcance de um escopo específico que é motivado pelos objetivos do programa ou portfólio a que está sujeito e, em última instância, às estratégias organizacionais.



**QUESTÃO 33**

Em uma visão geral comparativa do gerenciamento de projetos, gerenciamento de programas e gerenciamento de portfólios, no que se refere ao item “escopo”, os projetos, programas e portfólios, respectivamente:

- (A) têm objetivos definidos, sendo o escopo elaborado progressivamente durante o ciclo de vida do projeto; possuem um escopo maior e fornecem benefícios mais significativos; e possuem um escopo organizacional que muda com os objetivos estratégicos da organização.
- (B) possuem um escopo maior e fornecem benefícios mais significativos; têm objetivos definidos, sendo o escopo elaborado progressivamente durante o ciclo de vida do projeto; e possuem um escopo organizacional que muda com os objetivos estratégicos da organização.
- (C) possuem um escopo organizacional que muda com os objetivos estratégicos da organização ; possuem um escopo maior e fornecem benefícios mais significativos; e têm objetivos definidos, sendo o escopo elaborado progressivamente durante o ciclo de vida do projeto.
- (D) têm objetivos definidos, sendo o escopo elaborado progressivamente durante o ciclo de vida do projeto; possuem um escopo organizacional que muda com os objetivos estratégicos da organização; e possuem um escopo maior e fornecem benefícios mais significativos.
- (E) possuem um escopo organizacional que muda com os objetivos estratégicos da organização; têm objetivos definidos, sendo o escopo elaborado progressivamente durante o ciclo de vida do projeto; e possuem um escopo maior e fornecem benefícios mais significativos.

**QUESTÃO 34**

No caso de projetos, programas e portfólios, respectivamente, o sucesso é medido:

- (A) pelo grau em que o programa atende às necessidades e pelos benefícios para os quais foi executado; pela qualidade do produto e do projeto, pela pontualidade, pelo cumprimento do orçamento e pelo grau de satisfação do cliente; e em termos do desempenho de investimento agregado e realização dos benefícios do portfólio.
- (B) pela qualidade do produto e do projeto, pela pontualidade, pelo cumprimento do orçamento e pelo grau de satisfação do cliente; pelo grau em que o programa atende às necessidades e pelos benefícios para os quais foi executado; e em termos do desempenho de investimento agregado e realização dos benefícios do portfólio.
- (C) em termos do desempenho de investimento agregado e realização dos benefícios do portfólio; pelo grau em que o programa atende às necessidades e pelos benefícios para os quais foi executado; e pela qualidade do produto e do projeto, pela pontualidade, pelo cumprimento do orçamento e pelo grau de satisfação do cliente.

- (D) pela qualidade do produto e do projeto, pela pontualidade, pelo cumprimento do orçamento e pelo grau de satisfação do cliente; em termos do desempenho de investimento agregado e realização dos benefícios do portfólio; e pelo grau em que o programa atende às necessidades e pelos benefícios para os quais foi executado.
- (E) em termos do desempenho de investimento agregado e realização dos benefícios do portfólio; pela qualidade do produto e do projeto, pela pontualidade, pelo cumprimento do orçamento e pelo grau de satisfação do cliente; e pelo grau em que o programa atende às necessidades e pelos benefícios para os quais foi executado.

**QUESTÃO 35**

Um escritório de gerenciamento de projetos (PMO, na sigla em inglês) é uma estrutura organizacional que padroniza os processos de governança relacionados a projetos, e facilita o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas, e técnicas. As responsabilidades de um PMO podem variar, desde o fornecimento de funções de apoio ao gerenciamento de projetos até a responsabilidade real pelo gerenciamento direto de um ou mais projetos. Há vários tipos de estruturas de PMO nas organizações e elas variam em função do seu grau de controle e influência nos projetos da organização. As principais estruturas de PMOs são conhecidas como: de controle, diretivos ou de suporte. É correto afirmar que os PMOs:

- (A) de suporte desempenham um papel consultivo nos projetos, fornecendo modelos, melhores práticas, treinamento, acesso a informações e lições aprendidas com outros projetos, atuando como um repositório de projetos e cujo nível de controle é baixo; que os PMOs de controle fornecem suporte e exigem a conformidade através de vários meios, sendo que a conformidade pode envolver a adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos usando modelos, formulários e ferramentas específicas, ou conformidade com a governança, exercendo nível médio de controle; e que os PMOs diretivos assumem o controle dos projetos através do seu gerenciamento direto, com alto nível de controle.
- (B) de suporte desempenham um papel consultivo nos projetos, fornecendo modelos, melhores práticas, treinamento, acesso a informações e lições aprendidas com outros projetos, atuando como um repositório de projetos e cujo nível de controle é baixo; que os PMOs diretivos fornecem suporte e exigem a conformidade através de vários meios, sendo que a conformidade pode envolver a adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos usando modelos, formulários e ferramentas específicas, ou conformidade com a governança, exercendo nível médio de controle; e que os PMOs de controle assumem o controle dos projetos através do seu gerenciamento direto, com alto nível de controle.

- (C) diretivos desempenham um papel consultivo nos projetos, fornecendo modelos, melhores práticas, treinamento, acesso a informações e lições aprendidas com outros projetos, atuando como um repositório de projetos e cujo nível de controle é baixo; que os PMOs de suporte fornecem suporte e exigem a conformidade através de vários meios, sendo que a conformidade pode envolver a adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos usando modelos, formulários e ferramentas específicas, ou conformidade com a governança, exercendo nível médio de controle; e que os PMOs de controle assumem o controle dos projetos através do seu gerenciamento direto, com alto nível de controle.
- (D) diretivos desempenham um papel consultivo nos projetos, fornecendo modelos, melhores práticas, treinamento, acesso a informações e lições aprendidas com outros projetos, atuando como um repositório de projetos e cujo nível de controle é baixo; que os PMOs de controle fornecem suporte e exigem a conformidade através de vários meios, sendo que a conformidade pode envolver a adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos usando modelos, formulários e ferramentas específicas, ou conformidade com a governança, exercendo nível médio de controle; e que os PMOs de suporte assumem o controle dos projetos através do seu gerenciamento direto, com alto nível de controle.
- (E) de controle desempenham um papel consultivo nos projetos, fornecendo modelos, melhores práticas, treinamento, acesso a informações e lições aprendidas com outros projetos, atuando como um repositório de projetos e cujo nível de controle é baixo; que os PMOs de suporte fornecem suporte e exigem a conformidade através de vários meios, sendo que a conformidade pode envolver a adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos usando modelos, formulários e ferramentas específicas, ou conformidade com a governança, exercendo nível médio de controle; e que os PMOs diretivos assumem o controle dos projetos através do seu gerenciamento direto, com alto nível de controle.

### QUESTÃO 36

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

- (A) aos meios de comunicação de massa, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.
- (B) às instituições educativas, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

- (C) ao Poder Público, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.
- (D) à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.
- (E) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

### QUESTÃO 37

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incumbe:

- (A) aos Estados e ao Distrito Federal a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios.
- (B) ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios.
- (C) aos Municípios controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.
- (D) ao Distrito Federal promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas aglomerações urbanas e microrregiões.
- (E) aos Municípios promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

### QUESTÃO 38

Segundo a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, a União é responsável pela elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tendo como conteúdo mínimo um diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos e diversos outros elementos. Esse Plano terá vigência e periodicidade de atualização, respectivamente, de:

- (A) 4 anos e 2 anos.
- (B) 8 anos e 2 anos.
- (C) 12 anos e 3 anos.
- (D) 16 anos e 4 anos.
- (E) 20 anos e 4 anos.

**QUESTÃO 39**

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas, possui como conteúdo mínimo, além de um diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos:

- (A) proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas.
- (B) planos de descarte controlado dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos.
- (C) metas visando o crescimento a taxas limitadas da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.
- (D) normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos de fundos privados, nacionais ou internacionais, destinados a ações e programas de interesse no trato dos resíduos sólidos.
- (E) programa de captação de recursos no setor privado visando o desenvolvimento de metodologias para reciclagens, aproveitamento energético e outros elementos fundamentais à execução.

**QUESTÃO 40**

No que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos, é permitido(a):

- (A) como destinação final de resíduos sólidos ou rejeitos, o lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração.
- (B) a importação de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente desde que para tratamento ou reciclagem, visando reutilização.
- (C) a disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos em bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente impermeabilizadas e licenciadas pelo órgão competente do Sisnama.
- (D) nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, a fixação de habitações desde que temporárias e destinadas a catadores e profissionais manipuladores de resíduos sólidos.
- (E) nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, a utilização dos rejeitos dispostos como alimentação, desde que observadas as normas de saúde e segurança estabelecidas na Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**QUESTÃO 41**

Quando a incidência de juro ocorre em mais (ou menos) de uma vez em cada período a que se refere uma determinada taxa de juros, isto é, a unidade de referência do tempo desta não coincide com a unidade de referência do tempo dos períodos de capitalização, então essa taxa não representa o custo efetivo de uma operação financeira, sendo esse o caso da taxa:

- (A) real.
- (B) Selic.
- (C) efetiva.
- (D) composta.
- (E) nominal.

**QUESTÃO 42**

Quando uma taxa pressupõe incidência de juro apenas uma única vez em cada período a que se refere esta taxa, isto é, a unidade de referência de seu tempo coincide com a unidade de referência do tempo dos períodos de capitalização, esse é o caso da taxa:

- (A) Selic.
- (B) linear.
- (C) Ambid.
- (D) efetiva.
- (E) simples.

**QUESTÃO 43**

Uma taxa linear de 10% ao mês é:

- (A) inferior a uma taxa linear de 120% ao ano.
- (B) superior a uma taxa linear de 120% ao ano.
- (C) equivalente a uma taxa anual linear de 120%.
- (D) inferior a uma taxa efetiva de 120% ao ano.
- (E) equivalente a uma taxa efetiva de 120% ao ano.

**QUESTÃO 44**

Os índices de preços são utilizados para avaliar a inflação na economia, salários e contratos. São vários os índices de preços dentro da economia, mas todos eles pretendem verificar a variação monetária ou taxa inflacionária em um período de tempo. Um dos mais importantes índices é o INPC calculado pelo IBGE, que tem como período de coleta de dados, prazo de divulgação e faixa de renda em termos de salários mínimos, respectivamente, do dia:

- (A) 1 ao dia 30, até o dia 15, de 1 a 8 salários.
- (B) 1 ao dia 30, até o dia 20, de 1 a 10 salários.
- (C) 1 ao dia 30, até o dia 25, de 1 a 10 salários.
- (D) 10 ao dia 9 do mês seguinte, até dia 20, de 1 a 5 salários.
- (E) 10 ao dia 9 do mês seguinte, até dia 25, de 1 a 10 salários.

**QUESTÃO 45**

Com a finalidade de amortizar as dívidas, surgiram os sistemas de amortização ou pagamentos que já estão predefinidos. Os sistemas de amortização são critérios de pagamento dessas dívidas, nos quais o devedor paga periodicamente ao credor uma parcela em que está incluso o pagamento de uma parte do principal e mais um valor de juro sobre o saldo devedor da operação, além de outros elementos adicionais e acessórios. Como exemplos de sistemas de amortização, podemos citar o sistema de amortização:

- (A) do montante, que utiliza juros simples e cuja fórmula é baseada na progressão aritmética; e o sistema ponderado de Gauss, no qual se paga no vencimento o principal (capital) e os juros acumulados no período, efetuando-se um único pagamento no vencimento.
- (B) americano, bastante utilizado nos empréstimos em moeda externa, no qual se paga periodicamente os juros sobre o saldo devedor e ao final do contrato amortiza-se o principal numa única parcela; e o sistema alemão, no qual se paga periodicamente os juros antecipados sobre o saldo devedor e uma parcela de amortização do principal.
- (C) pela Tabela Price, no qual se paga periodicamente os juros sobre o saldo devedor e uma parcela de amortização do principal, sendo que a taxa de juros informada é a efetiva; e o sistema francês, no qual se paga quase sempre mensalmente os juros sobre o saldo devedor e uma parcela constante de amortização do principal, sendo que a taxa de juros informada é a nominal.
- (D) do montante, no qual se paga periodicamente os juros sobre o saldo devedor e uma parcela de amortização do principal, que é constante; e o sistema de amortização constante, no qual a prestação permanece constante por 12 meses, enquanto o saldo devedor é atualizado mensalmente, sendo que a cada 12 meses a prestação constante é recalculada com base no saldo devedor existente.
- (E) americano, no qual a prestação permanece constante por 12 meses, enquanto o saldo devedor é atualizado mensalmente, sendo que a cada 12 meses a prestação constante é recalculada com base no saldo devedor existente; e o sistema ponderado de Gauss, no qual se paga periodicamente os juros sobre o saldo devedor e uma parcela de amortização do principal, sendo que a taxa de juros informada é a efetiva.

**QUESTÃO 46**

Autarquia é a forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço retirado da administração centralizada e, por essa razão, à autarquia só deve ser outorgado serviço público típico e não atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo. Nas autarquias:

- (A) não se tem privilégios tributários ou processuais, a não ser que sejam especialmente concedidos por lei.
- (B) a administração varia conforme o tipo e a modalidade que a lei determinar, sendo possível a direção unipessoal ou colegiada, com ou sem elementos do Estado.

- (C) se tem autonomia administrativa e financeira, e são apenas supervisionadas pela entidade estatal a que estiverem vinculadas, através da ação de orientação, coordenação e controle, para ajustar-se ao Plano Geral de Governo.
- (D) o pessoal se sujeita a regime estatutário próprio ou pode adotar o regime de funcionários ou servidores públicos, ou ainda a Consolidação das Leis Trabalhistas, entretanto, seus atos para efeito criminal equiparam-se aos praticados por funcionários públicos.
- (E) a realização de despesas com compras, serviços ou obras se sujeita a sistema licitatório especial, através da edição de regulamentos próprios, devidamente publicados, com procedimentos seletivos simplificados e observância dos princípios básicos da licitação estabelecida para as entidades públicas.

**QUESTÃO 47**

A entidade paraestatal é de caráter quase público, PIS não exerce serviços públicos, mas serviços de interesse público, reconhecidos ou organizados pelo Estado e entregues a uma administração privada que, se não é desmembramento do Estado, não goza de privilégios estatais, salvo quando concedidos expressamente em lei. Uma entidade paraestatal:

- (A) possui privilégios tributários ou processuais, sendo desnecessária a concessão por lei.
- (B) tem patrimônio inicial oriundo da entidade estatal a que se vincula, não podendo ter origem no setor privado.
- (C) é tal que suas despesas relativas a compras, serviços e obras estão sujeitas às normas da Lei de Licitações 8.666/93.
- (D) está sujeita ao controle de vigilância, orientação e correção que a entidade estatal a que está vinculada exerce sobre os atos e conduta dos dirigentes, bem como ao controle financeiro, que se opera nos mesmos moldes da Administração Direta.
- (E) é tal que seu pessoal sujeita-se ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e os atos dos empregados, para fins criminais, por determinação do Código Penal, equiparam-se aos atos dos funcionários públicos, sendo os atos dos dirigentes equiparados a atos de autoridade e sujeitos a mandado de segurança e ação popular.

**QUESTÃO 48**

O Sistema Contábil Público é organizado em subsistemas de informações, que oferecem produtos diferentes em razão das especificidades demandadas pelos usuários e facilitam a extração de informações. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o sistema contábil público estrutura-se em subsistemas, sendo que o "Subsistema de Compensação" subsidia a administração com informações tais como:

- (A) orçamento.
- (B) resultado orçamentário.
- (C) alterações orçamentárias.
- (D) programação e execução orçamentária.
- (E) alterações potenciais nos elementos patrimoniais.

**QUESTÃO 49**

O “Subsistema de Informações Patrimoniais” do Sistema Contábil Público subsidia a administração com informações tais como:

- (A) acordos e garantias.
- (B) resultado econômico.
- (C) alterações orçamentárias.
- (D) programação orçamentária.
- (E) garantias e responsabilidades.

**QUESTÃO 50**

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada:

- (A) estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (B) orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (C) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) evolução do patrimônio líquido considerando os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- (E) situação financeira atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

